



UNITED NATIONS
UNIVERSITY

UNU-EGOV

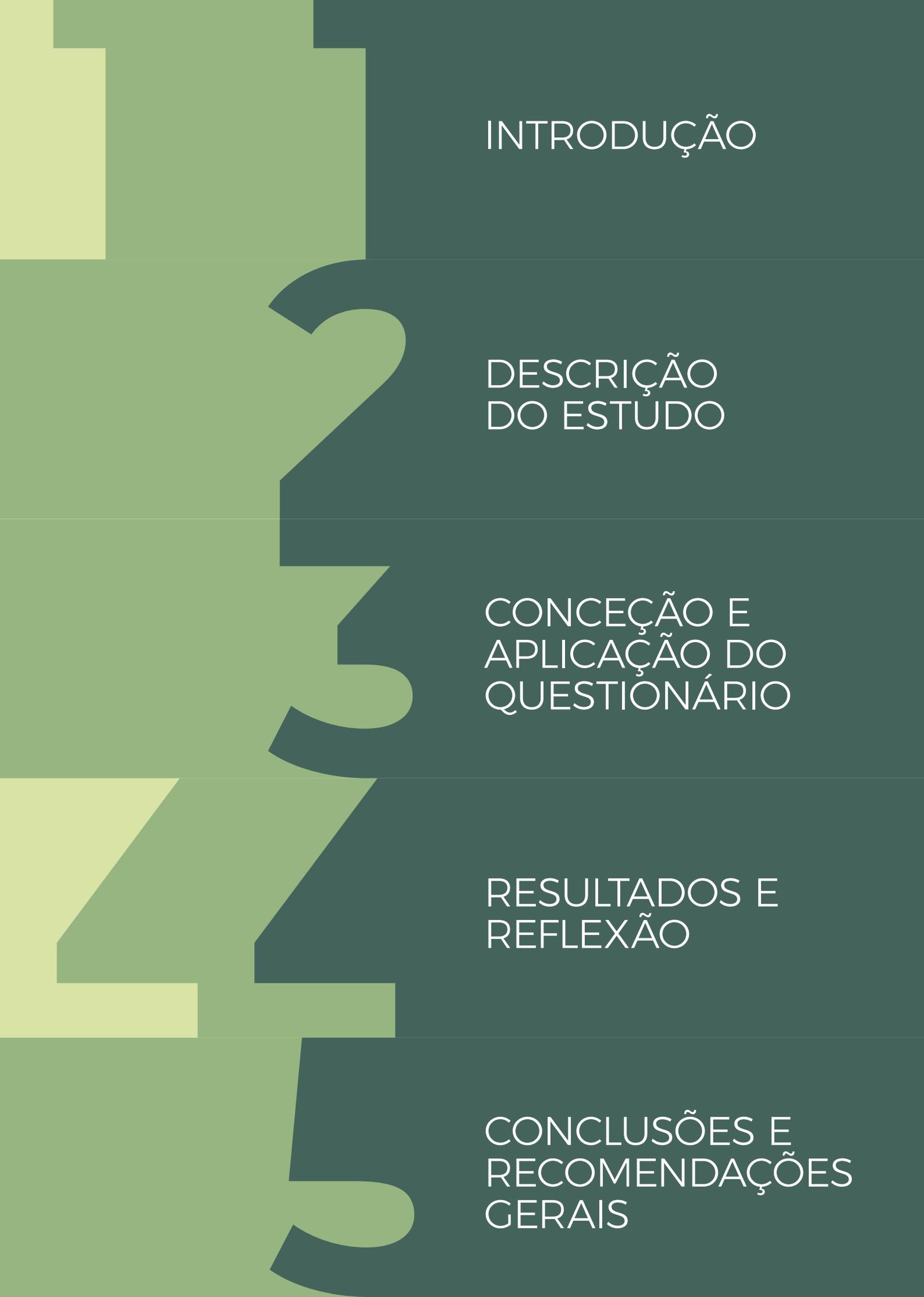
Operating Unit on Policy-Driven
Electronic Governance



LABORATÓRIO
DA PAISAGEM
Guimarães

ESTUDO DAS PERCEÇÕES E DOS HÁBITOS AMBIENTAIS DOS HABITANTES DE GUIMARÃES





INTRODUÇÃO

DESCRIÇÃO
DO ESTUDO

CONCEÇÃO E
APLICAÇÃO DO
QUESTIONÁRIO

RESULTADOS E
REFLEXÃO

CONCLUSÕES E
RECOMENDAÇÕES
GERAIS

JUNHO 2022

EQUIPA DE REDAÇÃO

UNIVERSIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS - UNU-EGOV

Delfina Soares, *UNU-EGOV*

António Tavares, *UNU-EGOV, UMinho*

Mariana Lameiras, *UNU-EGOV*

ESTRUTURA DE MISSÃO - GUIMARÃES 2030

Isabel Loureiro

LABORATÓRIO DA PAISAGEM

Carlos A. Ribeiro

AGRADECIMENTOS

LABORATÓRIO DA PAISAGEM

Susana Falcão

Pedro Cunha

JUNTAS DE FREGUESIA

BRIGADAS VERDES

CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - JUNTA DE NÚCLEO DE GUIMARÃES

PERITOS DA ESTRUTURA DE MISSÃO - GUIMARÃES 2030

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

Dalíla Sepúlveda, Joaquim Carvalho, Jorge Fernandes,

Mariana Oliveira, Miguel Fernandes, Patrícia Ferreira,

Paulo Machado, Ricardo Machado, Rui Castro.

ESTRUTURA DE MISSÃO - GUIMARÃES 2030

Isabel Loureiro

LABORATÓRIO DA PAISAGEM

Carlos A. Ribeiro

Pedro Cunha

UNIVERSIDADE DO MINHO

Lígia Silva

VIMÁGUA

Sofia Bragança



UNITED NATIONS
UNIVERSITY

UNU-EGOV

Operating Unit on Policy-Driven
Electronic Governance



LABORATÓRIO
DA PAISAGEM
Guimarães

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento visa dar a conhecer o resultado do inquérito de percepção dos hábitos ambientais dos residentes em Guimarães, realizado pelo Laboratório da Paisagem, pela Unidade Operacional em Governança Eletrónica da Universidade das Nações Unidas e pela Estrutura de Missão Guimarães 2030.

Este documento constitui-se, assim, como mais uma ferramenta de monitorização para a atuação municipal, elencando um conjunto de recomendações que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O questionário foi aplicado à totalidade das freguesias e uniões de freguesia do concelho, através de uma amostragem estratificada proporcional.

Os resultados obtidos permitem atestar que os cidadãos estão hoje conscientes do desafio ambiental local e global, sabendo sublinhar as principais prioridades municipais, bem como identificar os desafios climáticos.

Estes resultados poderão contribuir para suportar estratégias locais para o desenvolvimento sustentável, incluindo a sensibilização, comunicação e informação. Desta forma, reforçar-se-á o posicionamento dos cidadãos como atores principais da transformação do território.

IN
TRO
DU
C₅ A₂ O

Este relatório apresenta os resultados de um questionário efetuado à população do Município de Guimarães com o intuito de auscultar os cidadãos vimaranenses sobre as suas perceções e hábitos ambientais, constituindo-se como um instrumento de monitorização da atuação do município.

Guimarães tem vindo a afirmar-se como líder em várias áreas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, tendo implementado desde 2014 um Ecosistema de Governança Guimarães 2030 inovador, dinâmico e participativo; colocando na Agenda Municipal o debate sobre as questões fundamentais do desenvolvimento sustentável do território em prol da descarbonização e do combate às Alterações Climáticas (transformação infraestrutural e transformação do cidadão). Este percurso de desenvolvimento sustentável tem sido reconhecido inúmeras vezes, comprovando-se que as ações implementadas, bem como o envolvimento cada vez mais significativo dos cidadãos, confluem para um território em fase de franca descarbonização, concorrendo significativamente para que, em 2050, Guimarães tenha todos os seus cidadãos comprometidos com a questão da preservação e valorização ambiental.

Esta elevação do sentido de pertença face ao Património Natural constitui um dos mais importantes legados para as gerações futuras. Será, pois, este nível de comprometimento que, a par das transformações infraestruturais, ditará a total descarbonização do Município. Este Ecosistema de Governança é uma plataforma de discussão e reflexão sobre os grandes temas do desenvolvimento sustentável: Alterações Climáticas e Energia; Natureza, Paisagem e Biodiversidade; Resíduos e Ecoinovação; Ar e Ruído; Mobilidade Sustentável e Planeamento;

Água; Cidadania, Cultura e Turismo Sustentável; Educação, Desenvolvimento Social e Bem-estar, Ambiente Urbano e Smart Cities; Comunicação; Relações Internacionais.

Esta plataforma encontra-se alicerçada no conhecimento, na inovação, na participação, na cooperação e na divulgação. As bases deste modelo assentam no envolvimento e educação dos cidadãos e na ligação à Universidade, aliando o conhecimento à gestão do território, na partilha de conhecimento em Redes Nacionais e Internacionais e na transformação digital essencial ao combate dos desafios do futuro. A Estrutura de Missão Guimarães 2030 concorre para este Ecosistema de Governança, coordenando e agregando todos os seus componentes. A estrutura de Missão é liderada pela Câmara Municipal de Guimarães, juntamente com Instituições de Ensino Superior como a Universidade do Minho, a Unidade Operacional em Governança Eletrónica da Universidade das Nações Unidas, a Universidade de Trás-os-Montes-e-Alto-Douro e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Desenvolve igualmente dinâmicas de aproximação ao setor privado induzindo o debate, o empreendedorismo e a transformação. A uma componente técnica e científica que debate os principais desafios ambientais de uma forma multidisciplinar e integrada, junta-se um Conselho Consultivo que reúne mais de 400 Instituições dos diferentes quadrantes da sociedade, construído com base num modelo participativo, dinâmico e multidisciplinar.

Guimarães é hoje um Município consciente de que a transformação para a descarbonização e a luta contra as Alterações Climáticas se podem fazer do local para o Global. Assim, reveste-se de elevada importância o papel do Comité de Acompanhamento Externo da Estrutura de

Missão, liderado pelo emérito professor Mohan Munasinghe, que acrescenta reflexão aos desafios e oportunidades do futuro.

Desde a constituição deste Ecosistema de Governança, Guimarães implementou um sistema de monitorização de todo o processo de transformação do território tendo em vista sistematizar informação e validar a estratégia global na lógica da transformação top-down: Pacto de Autarcas, cálculo da Pegada Ecológica Municipal e Biocapacidade, Carbon Disclosure Project, ECO XXI-Município Sustentável (1º lugar em 2017, 2018 e 2019), Prémio Nacional de Sustentabilidade (1º lugar em 2020) e bottom-up através do prémio ECO-Freguesias. A criação do Laboratório da Paisagem em 2014 concorre igualmente para o Ecosistema de Governança. O Laboratório resulta de uma fusão entre o Município de Guimarães, a Universidade do Minho e a Universidade de Trás-os-Montes-e-Alto Douro, incorporando já várias associações e empresas. É um Laboratório vivo que reforça a importância do investimento por parte do município na educação para a Sustentabilidade Ambiental, na mobilização e sensibilização dos cidadãos, na investigação, desenvolvimento e inovação nas áreas de natureza e biodiversidade, recursos hídricos, paisagem e território e economia circular, criando soluções aplicadas ao desenvolvimento sustentável do território. No Laboratório da Paisagem aliam-se o conhecimento, a investigação e a inovação ao envolvimento dos cidadãos e educação das futuras gerações. A comprovar o nível de maturidade e o funcionamento em pleno do Ecosistema de Governança Guimarães 2030 destacam-se os Planos de Ação Local para o desenvolvimento Sustentável de caráter bianual e que resultam de um trabalho de 10 grupos multidisciplinares da Estrutura de

Missão, contendo mais de 200 medidas e ações em 19 temas relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Estudo de Perceção e Hábitos Ambientais da população de Guimarães é uma das medidas propostas no âmbito do Plano de Ação local para o Desenvolvimento Sustentável 2020-2021, por parte do grupo multidisciplinar “Governança: Liderança, Educação, Partilha e Envolvimento”. Este é um estudo relevante que resultará na caracterização das perceções e hábitos ambientais da população de Guimarães e que permitirá, igualmente, a comparação com outros estudos similares de perceção e hábitos desenvolvidos em 2015. Deste modo, será possível analisar a evolução e transformação das perceções e hábitos ambientais da população durante o período de 2015 a 2020.

Os resultados deste estudo contribuirão para decisões políticas formadas e informadas, e para a implementação de estratégias e iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável do município.

O questionário abrange diversos temas relacionados com o desenvolvimento sustentável: Alterações Climáticas e Energia; Natureza, Paisagem e Biodiversidade; Resíduos; Áreas verdes; Ar e Ruído; Mobilidade Sustentável; Água; Cidadania; Educação, Desenvolvimento Social e Bem-estar e Comunicação.

O questionário foi aplicado a uma amostra de 1157 residentes (eleitores e jovens-adultos com idade igual ou superior a 16 anos) das 48 freguesias que constituem o concelho de Guimarães.

Área: **240,955 Km²**

Área verde: **2,6 Km²**

População residente: **158.124**

Homens: **76.767**

Mulheres: **81.357**

Densidade Populacional

(hab/km²): **656**

Taxa de variação

(2001/2011): **-0,91**

GRUPOS ETÁRIOS

0-14: **24.712**

15-24: **19.961**

25-64: **91.883**

65 ou mais: **21.568**

Índice de Envelhecimento: **87,3%**

População Ativa: **81.191**

SECTORES DE ATIVIDADE (POPULAÇÃO EMPREGADA)

Primário: **0,84**

Secundário: **51,18**

Terciário: **47,98**

População Desempregada: **11.576**

Taxa Desemprego: **14,26%**

EDIFÍCIOS

Nº de alojamentos: **66.790**

Nº de edifícios: **43.928**

Nº de Escolas: **93**

Instalações Desportivas: **264**

Parques Infantis: **46**

Nº de arruamentos: **3.969**

O relatório encontra-se estruturado em cinco capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo descreve o conteúdo do estudo, incluindo os seus objetivos gerais e específicos bem como as atividades desenvolvidas. O terceiro capítulo apresenta a metodologia do estudo, nomeadamente o processo de conceção e aplicação do questionário e os critérios de amostragem. O quarto capítulo sintetiza os resultados obtidos através de comentários detalhados à informação incluída em tabelas e gráficos. O quinto e último capítulo conclui com um resumo dos principais resultados acompanhado por um conjunto de recomendações para as políticas públicas locais para a área do ambiente e desenvolvimento sustentado.

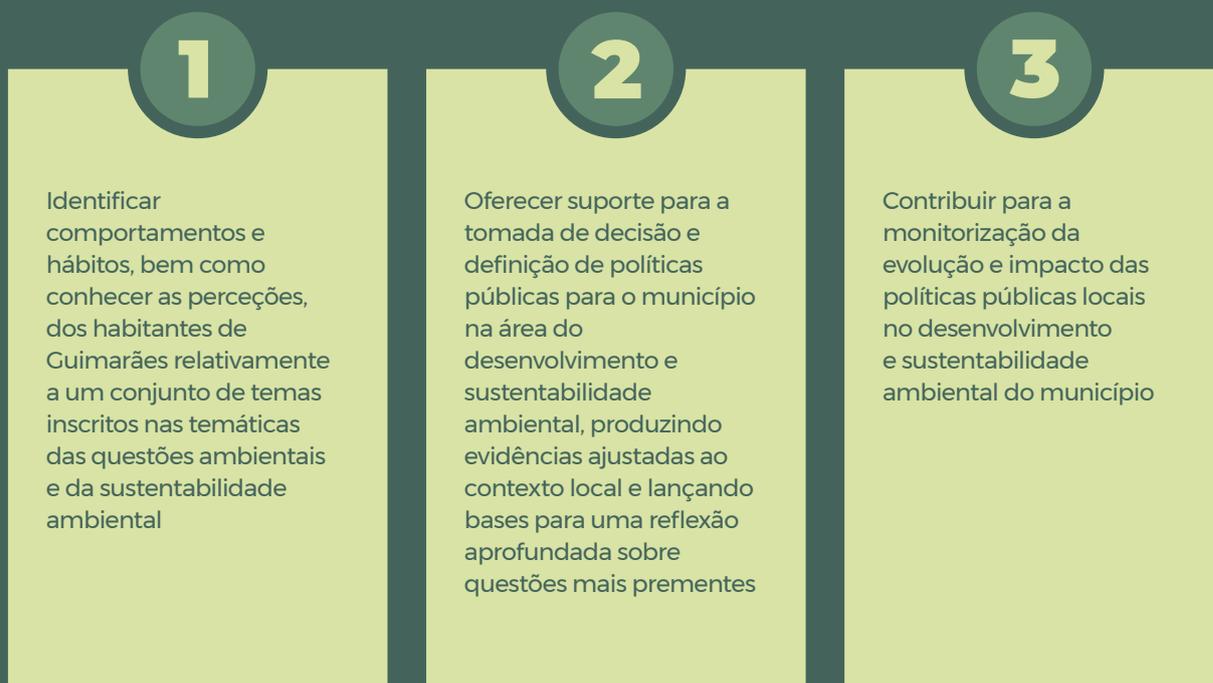


DESCRIÇÃO DO

ESTUDO

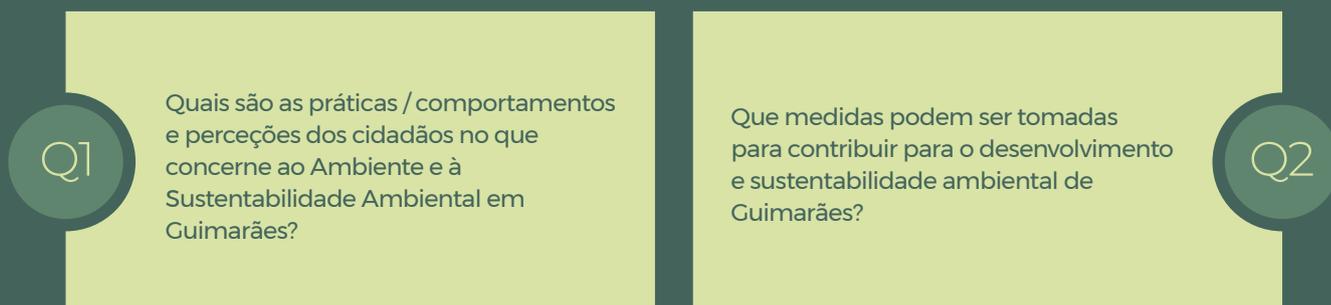
O estudo sobre as perceções e hábitos ambientais dos habitantes de Guimarães tem como objetivo central proceder à caracterização dos hábitos ambientais dos habitantes da cidade com vista a uma reflexão crítica e contextualizada dos seus hábitos e comportamentos e ao subsequente desenho e implementação de medidas ajustadas e proporcionais ao nível das políticas públicas.

Este objetivo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:



No final, será elencado um conjunto de recomendações, a diferentes níveis, que podem contribuir para a melhoria da atuação do município e dos hábitos e comportamentos dos habitantes de Guimarães no que concerne a questões ambientais e de sustentabilidade ambiental.

O estudo pretendeu responder às seguintes questões de investigação:



Inscrevendo-se no quadro da evolução do Plano de Desenvolvimento Sustentável Guimarães 2030, este estudo pretende ser um instrumento de diagnóstico e um instrumento de auxílio para a tomada de decisão por parte dos poderes públicos locais, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade ambiental do município. Assim, o instrumento para a recolha de dados foi um inquérito por questionário aos habitantes vimaranenses. No Capítulo 3, encontra-se a descrição sobre a

conceção e a aplicação do questionário.

O plano de trabalhos concebido para alcançar os objetivos propostos consiste num conjunto de oito atividades.

Nas atividades a desenvolver no decorrer do estudo são indicadas as datas de início e de término de cada uma e permitem percorrer os momentos fundamentais desde que o estudo arrancou até à fase de criação e aplicação do questionário e subsequente apresentação dos resultados e análises efetuadas.

Atividades desenvolvidas no estudo.

Atividade e Descrição		SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
1. Arranque do estudo Reunião inicial para lançar o estudo e acordar nas atividades e plano de trabalhos.								
2. Revisão de Literatura Revisão de literatura para procura, identificação, recolha de instrumentos de avaliação na área da sustentabilidade ambiental e qualidade de vida.								
3. Conceção do Questionário								
3.1 Criação do questionário Criação do questionário tendo em consideração as áreas estratégicas a abranger.								
3.2 Validação do questionário Validação do questionário por grupo de peritos de diferentes áreas. A validação pode ser realizada através de Expert Group Meeting virtual, através de entrevistas, ou através de comentários escritos.								
3.3 Pré-teste do questionário Aplicação do questionário a grupo de teste (incluindo pelo menos um cidadão de cada perfil principal identificado).								
4. Aplicação do questionário								
4.1 Definição da amostra Determinação da amostra.								
4.2 Formação dos “acompanhantes” Formação dos elementos pertencentes às Brigadas verdes, escuteiros e banco de voluntariado.								
4.3 Aplicação do questionário Aplicação do questionário.								
5. Análise dos dados Análise dos dados (análise global para o município; análise por perfil de respondente; Análise por freguesia).								
6. Elaboração do relatório Escrever relatório do estudo.								
7. Validação do relatório Validação do relatório pela CM de Guimarães.								
8. Apresentação do estudo ao Comité de Acompanhamento Externo (CAE) Apresentar o estudo.								

CONCEÇÃO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Com o intuito de responder às questões de investigação formuladas e alcançar os objetivos estabelecidos no capítulo anterior, foi desenvolvido e aplicado à população do município um questionário focado na identificação e caracterização das percepções e hábitos ambientais dos habitantes de Guimarães. Este capítulo descreve o processo de conceção e aplicação desse questionário e os critérios de amostragem aplicados.

CONCEÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário aplicado foi desenvolvido a partir de um conjunto de documentos e estudos similares identificados na literatura.

Na sua versão final, o questionário é constituído por um total de 43 questões abrangendo um conjunto de áreas temáticas relevantes para a caracterização das percepções e hábitos ambientais dos habitantes. Como referência, e por forma a garantir um alinhamento com outros trabalhos e documentos centrais existentes no município, foram adotadas as 12 áreas temáticas consideradas aquando da elaboração e submissão da proposta da Câmara de Guimarães ao Prémio Capital Verde Europeia.

1. Alterações climáticas: mitigação e adaptação;
2. Transporte local;
3. Áreas urbanas verdes incorporando uso sustentável do solo;
4. Natureza e biodiversidade;
5. Qualidade do ar ambiente;
6. Qualidade do ambiente acústico;
7. Produção e gestão de resíduos sólidos;
8. Gestão da água;
9. Tratamento de águas residuais;
10. Ecoinovação e emprego sustentável;
11. Desempenho energético;
12. Gestão ambiental integrada.

Áreas consideradas na proposta

Para simplificação e estruturação da tarefa do respondente, o questionário foi dividido em seis secções: Resíduos; Água e Energia; Transportes e Mobilidade; Espaços Verdes e de Lazer; Recursos Hídricos; e Informação Ambiental e Prioridades de Ação. Acresce, a estas seis secções principais, uma secção inicial para recolha de dados demográficos do respondente.

Depois de desenvolvido o questionário foi validado por um grupo de 14 peritos¹ elementos que integram a Estrutura de Missão Guimarães 2030 – com o intuito de verificar o nível de cobertura das perguntas em termos das áreas de estudo pretendidas e a adequação da sua formulação e escalas de resposta. O processo de validação envolveu a realização de uma reunião inicial com todos os peritos para explicação do âmbito do estudo e a importância da sua contribuição. Após essa reunião, o questionário foi remetido para análise de cada um dos peritos.

Depois de validado, o questionário foi testado junto de um grupo de cidadãos. Este pré-teste teve como objetivos verificar a adequação do número e ordem das perguntas, a formulação do texto das questões e as escalas de resposta.

No pré-teste foram envolvidos 12 respondentes que cobriam os principais perfis de respondentes identificados, correspondendo a dois respondentes (um homem e uma mulher) para cada um dos seguintes graus de escolaridade: 1.º ciclo (4.º ano), 2.º ciclo (6.º ano), 3.º ciclo (9.º ano), secundário (12.º ano), Curso de Especialização Tecnológica e Ensino Superior.

A resposta ao questionário era de natureza voluntária e completamente anónima.

A informação pessoal e demográfica recolhida foi mínima, incluindo apenas os elementos informacionais necessários para permitir uma análise e interpretação mais rica sobre as

perceções e hábitos dos habitantes.

A linguagem utilizada ao longo do questionário, quer nos seus textos introdutórios, quer nos títulos das secções, quer ainda na formulação das próprias questões e possibilidades de resposta procurou ser o mais clara e compreensível possível para os respondentes.

As questões formuladas eram de resposta fechada, embora em algumas o respondente pudesse indicar outras alternativas de resposta para além das listadas.

A amostra foi obtida seguindo um processo

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O QUESTIONÁRIO FOI DIRIGIDO
A UMA AMOSTRA DO TOTAL DE
158.124 DA POPULAÇÃO
ALVO (A POPULAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE GUIMARÃES)
QUE SE DISTRIBUI PELAS
48 FREGUESIAS QUE
CONSTITUEM O MUNICÍPIO
DE GUIMARÃES

¹ Dalila Sepúlveda (Resíduos e Economia Circular); Joaquim Carvalho e Miguel Fernandes (Energia); Lígia Silva (Qualidade do ar e Acústica); Jorge Fernandes (Áreas Verdes e Uso Sustentável do Solo); Carlos A. Ribeiro (Natureza & Biodiversidade e Recursos Hídricos); Sofia Bragança (Gestão da Água); Ricardo Machado, Paulo Machado e Pedro Cunha (Informação Ambiental); Rui Castro (Mobilidade); Patrícia Ferreira (Educação); Mariana Oliveira (Alterações Climáticas); e Isabel Loureiro (Governança).

de amostragem estratificada proporcional. Este processo envolve dividir a população em subgrupos homogéneos e depois elaborar uma amostra simples em cada subgrupo, sendo o número de elementos de cada estrato calculado proporcionalmente em função da população da freguesia em relação ao todo da população da freguesia.

A decisão de utilizar uma amostra estratificada deveu-se ao facto de, desta forma, se conseguir ter representada não só a totalidade da população, mas também subgrupos da

população que pode interessar conhecer/ analisar melhor, quando se pretende conduzir uma análise e produzir recomendações que possam ser orientadas a esses subgrupos.

Neste estudo, foi decidido realizar a estratificação da amostra por freguesia, por se considerar que do ponto de vista de definição de políticas públicas o entendimento detalhado do que sucede ao nível de cada freguesia assume uma importância considerável. Em relação à representatividade da amostra, foram ainda considerados a área territorial alargada do município (240 955 km²), o setor

de atividade (primário, secundário, terciário), a variação no grau de urbanização (zonas rurais; semiurbanas e urbanas) e um conjunto de fatores demográficos de caracterização dos inquiridos (educação, idade e género).

Considerando que a população do município de Guimarães é de 158.124 residentes, e tendo em consideração as regras estatísticas para determinação da dimensão de uma amostra, foi calculada a dimensão para diferentes níveis de confiança e margem de erro.

Possíveis dimensões para a amostra, em função do nível de confiança pretendido e margem de erro tolerável.

Tamanho da população	Nível de confiança da amostra (%)	Margem de erro (%)	Tamanho amostra
158 124	95	5	384
	99	5	663
	99	4	1034
	99	1	15.057

Sendo o valor recomendado para a amostra de 1034 e considerando que o processo de amostragem estratificado é proporcional, o número de inquiridos por freguesia foi superior, ascendendo a um total de 1151 inquiridos. Em cada freguesia, a seleção dos inquiridos foi realizada seguindo uma amostra aleatória, sendo ajustada em função da representação do género e grupo etário.

Na sequência das restrições vividas pela pandemia Covid-19, a aplicação dos questionários foi realizada por meios digitais, e difundida com a colaboração das Brigadas Verdes, escuteiros e juntas de freguesia. Por esta razão, previamente à aplicação dos questionários, foi realizada uma

reunião com as juntas de freguesia e com as Brigadas Verdes e escuteiros para promover o seu envolvimento na aplicação do inquérito.

RESULTADOS E REFLEXÃO

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A aplicação do questionário nos moldes descritos no capítulo três permitiu recolher um total de 1158 respostas. Dessas, sete foram excluídas por pertencerem a respondentes que não habitam no município de Guimarães, tendo o número de questionários considerados válidos para análise sido de 1151. Do número total de respondentes, 707 pertencem ao sexo feminino e 444 ao sexo masculino, constituindo um ligeiro enviesamento na representação do sexo feminino (61,42%), por comparação com a percentagem de mulheres residentes no concelho de Guimarães (51,45%). A média de idades dos inquiridos é de 40,31 anos (desvio padrão = 14 anos), tendo o mais jovem 16 anos e o mais idoso 86.

Género

(n=1151)

masculino	feminino
38,58%	61,42%

No que diz respeito ao grau de escolaridade, aproximadamente 50% dos respondentes (574 inquiridos) possuem o ensino superior, 29% (332) o ensino secundário completo e 11% o 3º ciclo do ensino básico (124). Estes valores indiciam uma sobrerrepresentação de indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados, podendo tal potenciar uma maior consciência ambiental por parte da nossa amostra do que aquela que caracteriza a média da população do concelho de Guimarães.

Nível de Escolaridade

(n=1151)

3% Ensino Básico 1º ciclo (4º ano antigo)

3% Ensino Básico 2º ciclo (6º ano antigo)

11% Ensino Básico 3º ciclo (9º ano)

29% Ensino Secundário (12º ano)

4% Curso de Especialização Tecnológica

50% Ensino Superior

No tocante à ocupação dos respondentes da amostra, os trabalhadores por conta de outrem representam a maior fatia do emprego, com cerca de 65% do total dos inquiridos. Os 150 estudantes inquiridos constituem 13% da amostra, que conta igualmente com 103 trabalhadores independentes (9%), 66 desempregados (6%) e 62 reformados (5%). No total, a amostra compreende 848 inquiridos que fazem parte da população ativa (73,68% do total).

Ocupação

(n=1151)

65% Trabalhador por conta de outrem

13% Estudante

9% Trabalhador independente

6% Desempregado

5% Reformado

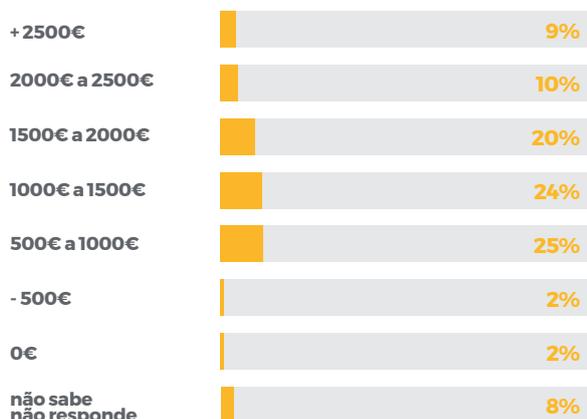
2% Outro

Um elemento importante de caracterização da amostra é o rendimento médio mensal líquido do agregado dos inquiridos. A categoria mais representada nesta amostra é a dos inquiridos que recebem entre 500 e 1000 euros (284 ou

24,67%), seguida de perto pela categoria de rendimentos entre os 1000 e os 1500 euros, com 277 inquiridos (24,07%). Igualmente representados, embora em menor proporção, estão os inquiridos com rendimentos entre os 1500 e os 2000 euros (19,98%), entre os 2000 e os 2500 (9,56%) e acima dos 2500 euros (9,38%). De destacar que 89 inquiridos (ou 7,73%) não responderam a esta questão.

Rendimento Médio Mensal Líquido do Agregado

(n=1151)



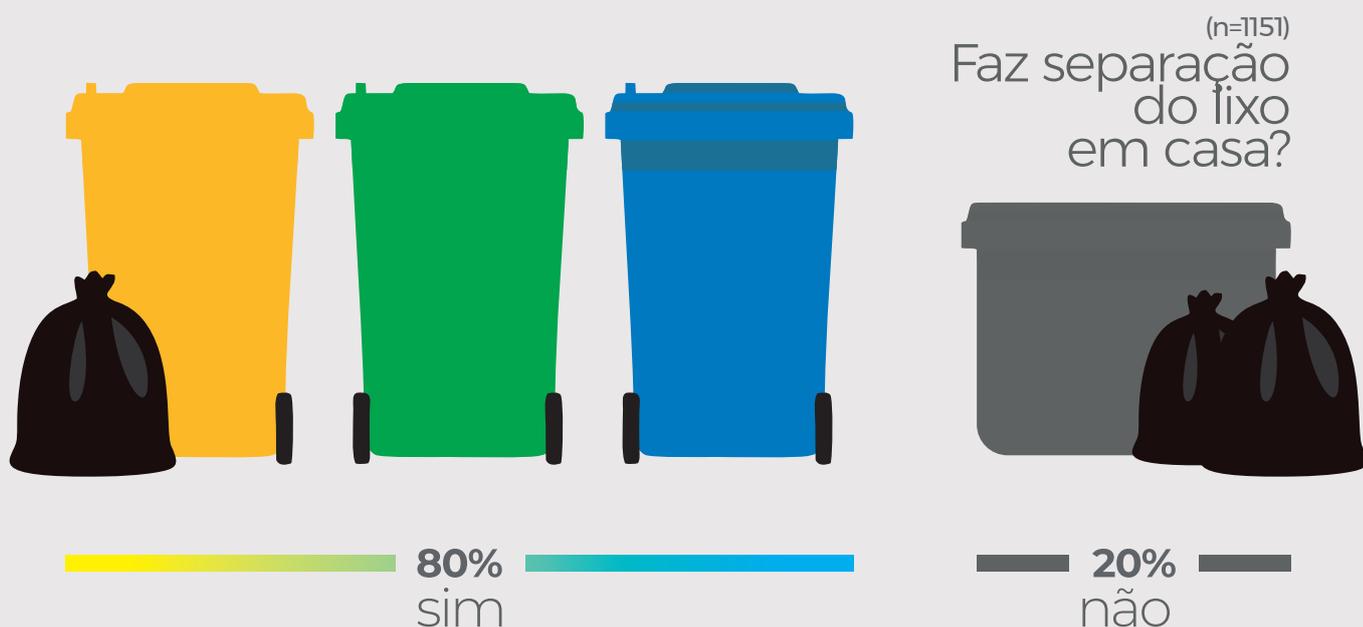
Por último, os inquiridos foram instados a referir a sua situação em termos de habitação. Um pouco mais de três quartos dos respondentes (874 ou 75,93%) mencionaram viver em casa própria, habitando os restantes 24% em casa arrendada.



RESÍDUOS

A primeira secção do inquérito centra-se na problemática da gestão dos resíduos sólidos urbanos. Dos 1151 inquiridos, 921 (80%) afirmam fazer a separação do lixo em casa, tendo 230 indicado não apostar nessa prática. Instados a indicar as razões pelas quais não o fazem, 102 dos 230 referiram não possuir ecopontos em casa para realizar a separação, 97 afirmam não

ter ecoponto próximo da sua habitação e 63 indicam já pagar tarifa do lixo, não se sentindo por isso obrigados a realizar a separação. De realçar que 38 inquiridos referem não compreender a utilidade da separação do lixo, uma vez que na sua perceção os recicláveis acabam por ser misturados no momento da recolha.



Ainda no que diz respeito ao lixo doméstico, 68% dos inquiridos coloca o lixo no contentor, ao passo que 32% depositam o lixo à porta de casa para recolha. A maioria dos respondentes afirma que o ecoponto mais próximo da sua residência se encontra localizado a menos de 200 metros (738 respostas ou 64,12%). Cerca de 33% indica que o ecoponto mais próximo está a mais de 200 metros da sua residência e 30 inquiridos afirmam desconhecer esta informação.

44,4%

Não tenho ecopontos em casa para separar

42,2%

Não tenho ecoponto próximo

27,4%

Já pago tarifa de lixo

16,6%

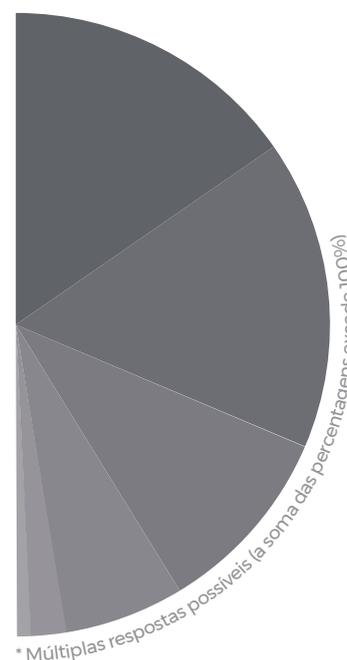
Não entendo a utilidade da separação/Porque depois juntam tudo

4,8%

Outro

2,2%

Não sei separar/tenho dúvidas na separação



Distância ao ecoponto mais próximo

(n=1151)

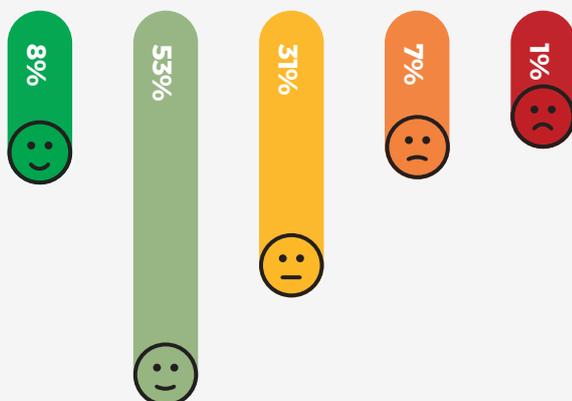


Quando questionados sobre o seu grau de satisfação com o serviço de recolha do lixo doméstico, a maioria dos inquiridos afirma estar muito satisfeito (53,08%) ou extremamente satisfeito (8,08%) com o serviço. Aproximadamente um terço dos inquiridos encontra-se satisfeito com o serviço, e apenas uma pequena minoria de 94 (8.17%) inquiridos está pouco ou nada satisfeito com a recolha de lixo doméstico.

Já no que diz respeito à recolha de lixo doméstico de grandes dimensões, mais conhecido como “monstros”, o grau de satisfação é ligeiramente inferior ao da recolha de lixo doméstico. O número de inquiridos que revela estar pouco satisfeito ou nada satisfeito com este serviço é de aproximadamente 15% (128 e 50 inquiridos, respetivamente). A grande maioria dos respondentes afirma estar satisfeito (534 respostas, ou cerca de 47%).

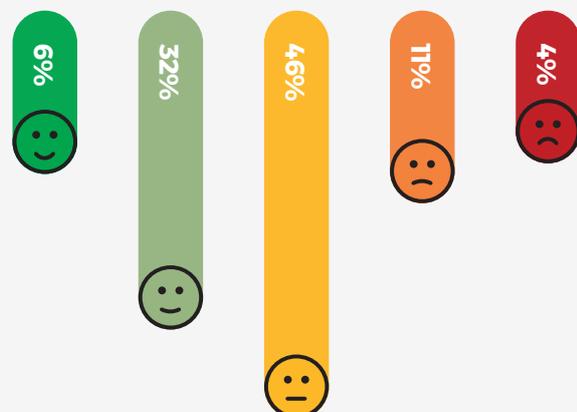
Satisfação com serviço de recolha de lixo doméstico

(n=1151)



Satisfação com serviço de recolha de “monstros” domésticos

(n=1151)



Os inquiridos foram igualmente questionados sobre o local onde habitualmente depositam um conjunto de resíduos: cotonetes, toalhetes, papel higiénico, tampões/pensos higiénicos, preservativos, resíduos têxteis e óleo alimentar. As respostas encontram-se sintetizadas no Quadro abaixo e, de um modo geral, confirmam a maioria das expectativas quanto à “correta” deposição dos diferentes resíduos.

Local de deposição de resíduos

(n=1151)

Resíduos	Na sanita	No lixo	Outro	Não utiliza
Cotonetes	0,43%	84,10%	1,22%	14,25%
Toalhetes	2,00%	85,14%	0,87%	11,99%
Papel higiénico	57,43%	42,14%	0,35%	0,09%
Tampões/pensos higiénicos	0,35%	82,36%	0,87%	16,42%
Preservativos	0,52%	62,29%	1,48%	35,71%
Têxteis	0,09%	72,37%	17,81%	9,73%
Óleo alimentar	6,86%	26,24%	60,30%	6,60%

Contudo, alguns resultados obrigam a uma reflexão por parte dos responsáveis pelo setor. A deposição dos resíduos têxteis e do óleo alimentar são os tipos de resíduos que parecem levantar maiores dúvidas nos vimaranenses. As respostas dividem-se entre a deposição no lixo e a utilização de um local alternativo. As respostas relativas ao óleo alimentar são particularmente preocupantes, já que parecem sugerir que a maioria dos respondentes opta por depositar o óleo alimentar diretamente no lava-louça ou outro.

torneira, 73 dizem que não têm confiança na qualidade e o mesmo número indica preferir água engarrafada.

CONSUMOS DE ÁGUA E ENERGIA

A maioria dos residentes no concelho de Guimarães bebe habitualmente água da torneira. No âmbito da amostra, 66,72% dos inquiridos afirmam fazê-lo, ao passo que os restantes apresentam diversas razões para não optarem por este consumo. A principal razão apontada para não ingerirem água da torneira é o sabor da mesma (143 inquiridos). Dos restantes respondentes que afirmam não beber água da

Costuma beber água da torneira?
(n=1151)



66,72% sim

33,28% não

Razões para não beber água da torneira
% (n=331)



43,2%
Sabor



22,05%
Falta de confiança



22,05%
Prefere água engarrafada



7,25%
Existência de poço



3,32%
Fontanário Público próximo



2,11%
Falta de abastecimento de água

A esmagadora maioria dos inquiridos (1030, ou cerca de 90%) afirmam adotar medidas de poupança de água. Daqueles que respondem afirmativamente, 969 fecham a torneira enquanto escovam os dentes, 795 carregam integralmente a máquina de lavar roupa e 775 tomam duchas rápidas e fecham a torneira enquanto se ensaboam. Estas três medidas de poupança de água são de longe as mais frequentemente mencionadas.



* Múltiplas respostas possíveis (a soma das percentagens excede 100%); n=1030 respondentes que afirmam utilizar medidas de poupança de água.

Já no domínio da poupança de energia, 616 inquiridos (53,52%) desligam os aparelhos eletrodomésticos da tomada quando não os está a utilizar, 1136 inquiridos apagam as luzes ao abandonarem uma das divisões de casa, 1078 utilizam lâmpadas de baixo consumo e 1064 levam em consideração a etiqueta energética dos equipamentos elétricos no momento da aquisição.

De notar que existe uma correlação estatisticamente significativa entre os hábitos de poupança de água e a prática de desligar as luzes quando se abandona uma divisão (correlação de 0,09, valor de significância = 0,0047) e desligar os aparelhos em stand-by (correlação de 0,16, valor de significância = 0,0000). De igual modo, encontramos uma associação positiva entre a prática de desligar as luzes e a utilização de LEDs (correlação de 0,19, valor de significância = 0,0000) e o levar em consideração a etiqueta energética (correlação de 0,08, valor de significância = 0,0074). Por último, de notar ainda que verificamos uma forte associação entre a utilização de LEDs e a consideração da etiqueta energética dos equipamentos (correlação de 0,23, valor de significância = 0,0000). Globalmente, verificamos uma correlação entre as diferentes práticas de poupança de água e energia, pelo que é de crer que os inquiridos que optam por uma tendem a adotar igualmente as restantes.

Ainda neste âmbito, procurámos determinar se existe uma associação entre o hábito de separação do lixo e as diferentes práticas de poupança de água e energia. Verificámos que a proporção dos que optam pelas medidas de poupança de energia é sistematicamente superior à proporção dos que separam o lixo.

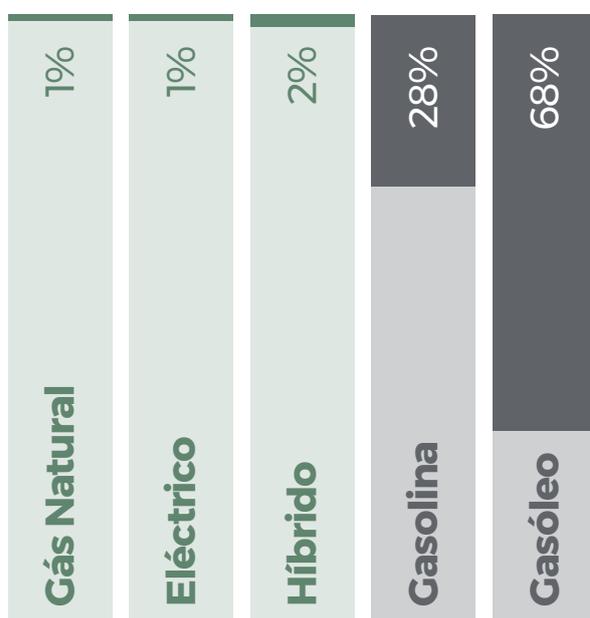
Todos os testes estatísticos suportam esta ideia, pelo que é seguro concluirmos que as medidas de poupança de energia, que se encontram associadas a poupança de recursos monetários das famílias, recebem maior apoio do que a separação do lixo, que habitualmente não permite o mesmo tipo de poupanças.

TRANSPORTES E MOBILIDADE

A esmagadora maioria dos inquiridos possui automóvel (1018 dos 1151 respondentes, ou 88,44%), que usa habitualmente para as suas deslocações. A grande maioria dos automóveis em circulação em Guimarães é movida a gasóleo, com 67,52% dos inquiridos a identificar o seu veículo como pertencente a esta categoria. Dos restantes, 28,36% são a gasolina. Apenas 2,26% são viaturas híbridas e 1,08% elétricas.

Tipo de combustível do automóvel

(n=1151)



Para além do automóvel, uma importante fatia dos inquiridos desloca-se habitualmente a pé (34,8%). Os restantes meios de transporte têm um peso menos relevante na amostra, com o autocarro a ser utilizado por 9,6% dos inquiridos e a bicicleta referida apenas por 4% dos respondentes.

Meio de Transporte

(n=1151)

Automóvel	90%
A Pé	35%
Autocarro/Camioneta	10%
Moto	5%
Bicicleta	4%
Comboio	3%
Outro	0,1%
Total	*

* Múltiplas respostas possíveis (a soma das percentagens excede 100%);

Apesar da baixa proporção de respostas à utilização da bicicleta como meio de transporte habitual, uma significativa percentagem de respondentes afirma ser utilizador da ciclovia do concelho de Guimarães (44,48%). Tal diferença poderá ficar a dever-se ao facto de a ciclovia ser utilizada para funções de lazer (50,58%) e desporto (47,08%) e não para deslocações pendulares casa-trabalho-casa.

É utilizador da ecovia/ciclovia do concelho de Guimarães?
(n=1151)

Sim
44,48%

Não
55,52%

Lazer 51%

Desporto 47%

Deslocação pendular* 2%

Outra 0,4%

Utilização da ecovia
Percent (n=514)

* Deslocação para casa, trabalho...

Existência de parque,
jardim ou outro
espaço verde perto
do local de residência
(n=1151)

Sim
78%

Não
22%

ESPAÇOS VERDES E DE LAZER

A maioria dos inquiridos refere a existência de um parque, jardim ou outro espaço verde próximo do seu local de residência (901 inquiridos, ou 78%). Destes inquiridos, a maioria afirma usar esse espaço verde sobretudo para lazer e desporto (muito frequentemente e frequentemente), tendo as atividades de diversão infantil e parque de merendas uma menor relevância.

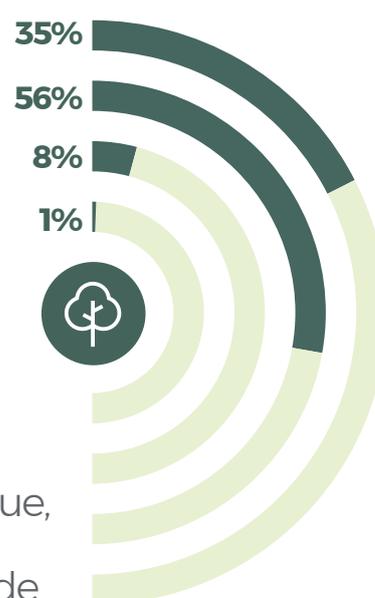
Frequência de utilização do Espaço Verde, por atividade

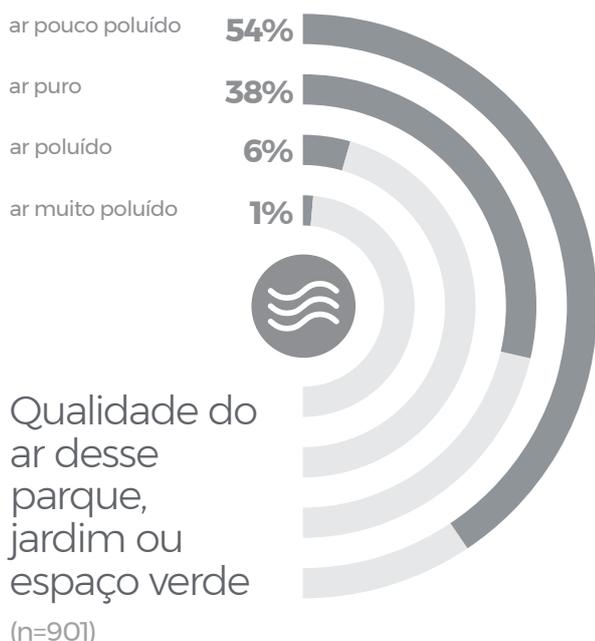
Atividades	Muito Freq.	Frequente	Ocasional	Raramente	Nunca
Lazer n= 857	20,19%	35,47%	25,09%	13,54%	5,71%
Desporto n= 824	17,35%	28,40%	24,76%	16,26%	13,23%
Diversão infantil n= 788	11,93%	21,83%	16,62%	17,26%	32,36%
Parque de merendas n=767	3,52%	10,04%	22,82%	24,90%	38,72%

Genericamente, os inquiridos avaliam de modo positivo as condições de utilização do parque ou espaço verde localizado próximo da sua residência. Dos 898 inquiridos que avaliaram o grau de limpeza desse espaço, mais de 90% descrevem-no como muito limpo ou razoavelmente limpo. Uma proporção igualmente elevada caracteriza esse espaço verde como possuindo ar limpo ou pouco poluído. A avaliação do nível de ruído é igualmente positiva, embora aproximadamente 16% dos inquiridos descrevam o espaço como ruidoso ou muito ruidoso. A proximidade de zonas de circulação automóvel poderá constituir a explicação mais plausível para esta constatação.

muito
limpo
razoavelmente
limpo
pouco
limpo
nada
limpo

Grau de
limpeza
desse parque,
jardim ou
espaço verde
(n=898)





RECURSOS HÍDRICOS

A provisão de água de boa qualidade é um aspeto central para o desenvolvimento da economia de um município. No sentido de perceber até que ponto os cidadãos valorizam a qualidade dos recursos hídricos, questionámos os inquiridos sobre o grau de importância que atribuem à água de boa qualidade para os diversos setores de atividade.

De um modo geral, os inquiridos consideram

que a água de boa qualidade é indispensável a todas as atividades económicas. Contudo, entendem que ela é particularmente importante para a agricultura, criação de animais, pesca, turismo e comércio. Para todas estas atividades, as percentagens de respondentes que consideram a boa qualidade da água como importante ou muito importante ultrapassam os 80%, chegando a atingir os 90% nos casos da

Grau de importância da água para diferentes sectores de actividade

(n=1151)

Atividades	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Agricultura	30,23%	43,96%	19,81%	5,99%
Criação de animais	38,92%	50,56%	8,17%	2,35%
Pesca	47,44%	44,31%	6,26%	2,00%
Indústria	16,07%	45,96%	31,10%	6,86%
Turismo	49,35%	45,61%	3,48%	1,56%
Comércio	37,19%	53,78%	7,38%	1,65%
Transportes	17,03%	45,79%	28,67%	8,51%

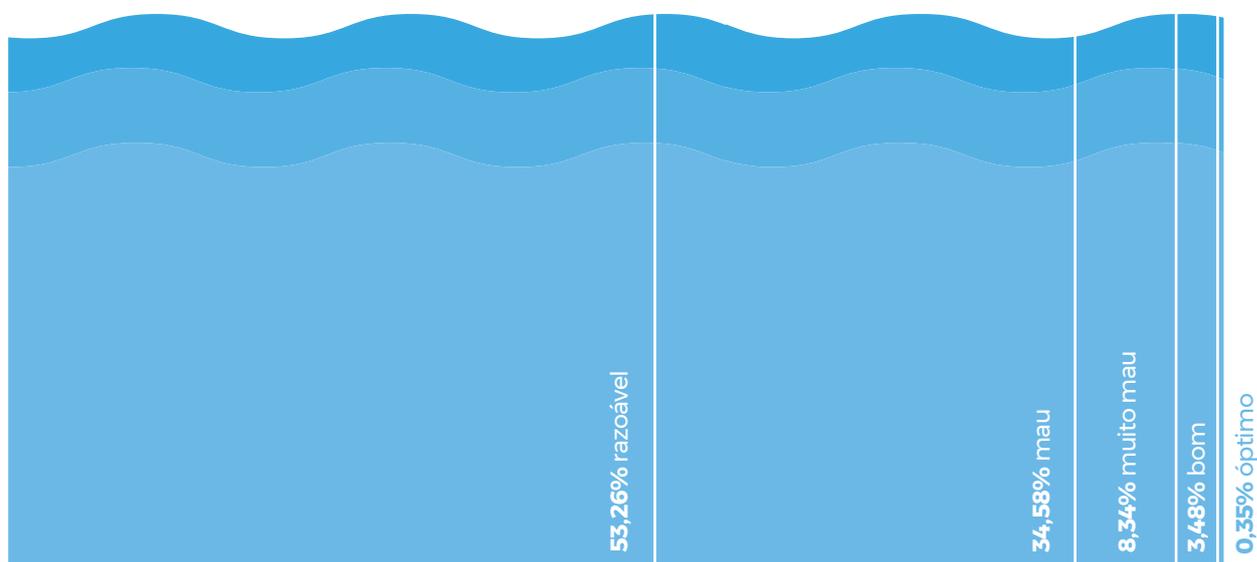
pesca, do turismo e do comércio. Na perceção dos cidadãos, a indústria e os transportes são as atividades económicas que menos exigem a garantia de água de boa qualidade.

Um dos principais resultados do inquérito às perceções e aos hábitos ambientais dos habitantes de Guimarães diz respeito ao estado dos rios do concelho. Aproximadamente 35% dos inquiridos considera o estado geral

dos rios como sendo mau, ao passo que 613 respondentes (53,26%) classificam esse estado como razoável. Apenas 44 respostas atribuem uma nota positiva (bom ou muito bom) aos rios do concelho.

Estado dos rios do concelho de Guimarães

(n=901)



Quando instados a identificar as principais causas da degradação da qualidade dos rios, os inquiridos destacam as descargas industriais

(92,18%), a deposição de plásticos (75,41%), as descargas domésticas (51,52%) e a utilização de produtos agrícolas (51,35%).

Causas da degradação da qualidade dos rios Porcentagem (n=1151)



Múltiplas respostas possíveis (a soma das percentagens excede 100%).

No que diz respeito aos rios do concelho que os inquiridos mais gostariam de ver melhorados, a maioria das respostas incide sobre o rio Ave (995 respostas correspondentes a 86,45% da amostra) e sobre o rio Selho (621 respostas ou 53,95% dos inquiridos). De sublinhar ainda um número significativo de rios do concelho que os inquiridos entendem merecedores de atenção, incluindo os rios Costa/Couros (34,06%), Vizela (22,24%), Santa Luzia (19,46%), Pele (18,42%), Nespereira (16,59%), Veiga (15,64%), Pontes (15,12%), Agrela (14,51%) e Pequeno (13,64%). Em todos os casos mencionados, há pelo menos 150 inquiridos a mencionar cada um destes cursos de água, o que realça a importância atribuída pelos cidadãos aos recursos hídricos do município.

Quando questionados sobre qual o motivo pelo qual gostariam de ver melhorados os rios de Guimarães, a maioria dos inquiridos aponta a proximidade do rio da sua zona de residência (60,12%). Outras razões importantes identificadas incluem a frequência de espaços próximos do curso de água (40,05%) e a proximidade do rio de parques de lazer (36,58%). De destacar ainda 97 inquiridos (8,43%) que afirmam desejar a melhoria dos rios por motivos mais genéricos de preocupação ambiental. Instados a mencionar quais os aspetos que mais gostariam de ver melhorados, os inquiridos referem a cor (78,02%), o lixo (71,33%), a biodiversidade (62,38%) e o cheiro (60,90%).

Rios do Concelho de Guimarães a serem melhorados

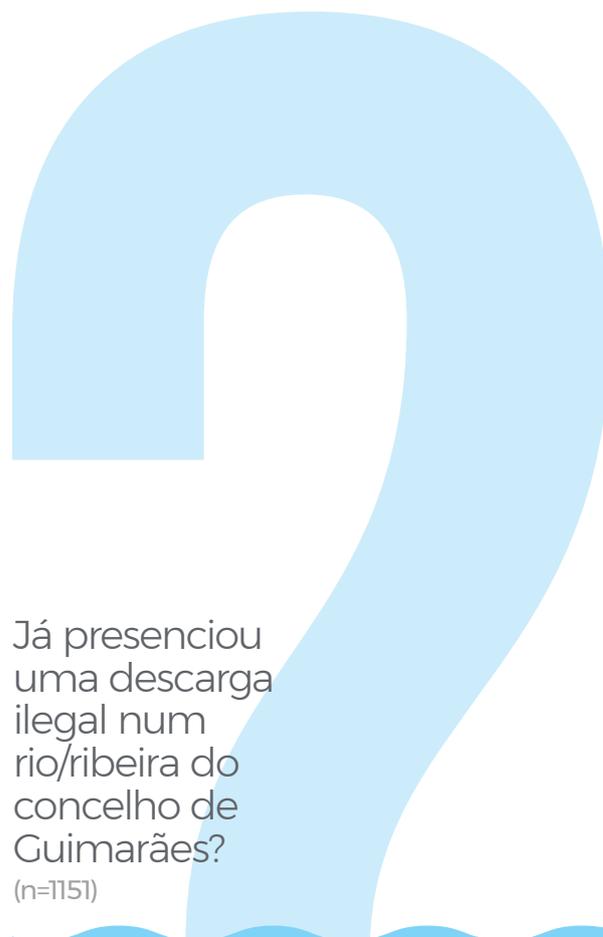
Rios	% (n=1151)
Ave	86,45
Selho	53,95
Costa/Couros	34,06
Vizela	22,24
Santa Luzia	19,46
Pele	18,42
Nespereira	16,59
Veiga	15,64
Pontes	15,12
Agrela	14,51
Pequeno	13,64
Outros	4,61
Total	*

Principal Motivo	% (n=1151)
Próximo de casa	60,12
Frequenta locais próximos do rio	40,05
Junto a parque de lazer	36,58
Pesca nos tempos livres	2,61
Atividade profissional	1,39
Outra	15,81
Total	*

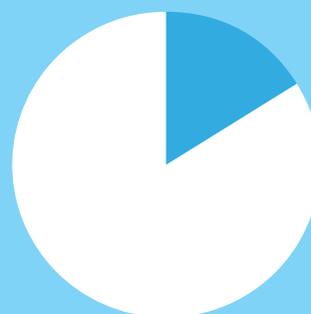
* Múltiplas respostas possíveis (a soma das percentagens excede 100%).

No sentido de perceber quais as freguesias mais afetadas pela má qualidade dos recursos hídricos, calcularam-se os valores médios obtidos na questão sobre o estado dos rios. Embora a mesma tenha por base uma escala de Likert de cinco pontos e a boa prática desaconselhe o cálculo de médias para este tipo de instrumento, a informação que pode ser extraída destes valores tem a vantagem de permitir identificar problemas localizados. Centrando-se a análise somente nas freguesias com mais de 10 respondentes, os inquiridos com as opiniões mais positivas dos rios do concelho localizam-se nas freguesias de Pencelo, UF Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar e Polvoreira, com 4,47, 4,36 e 4,36 pontos, respetivamente. Pela negativa, as freguesias de São Martinho de Sande, Guardizela e São Cristóvão de Selho surgem com os valores mais baixos, com 2,73, 2,71 e 2,69, respetivamente.

Parte da melhoria da qualidade dos recursos hídricos do concelho passa pela identificação e denúncia de descargas ilegais nos rios e ribeiras. Dado que os cidadãos podem desempenhar um papel importante neste processo, questionamos os inquiridos sobre se já tinham testemunhado uma descarga ilegal e se, em caso afirmativo, tinham denunciado a situação. Dos 1151 inquiridos, apenas 188 (16,33%) presenciaram uma descarga ilegal. Apenas 96 inquiridos avisaram as autoridades quando colocados perante uma situação deste tipo.

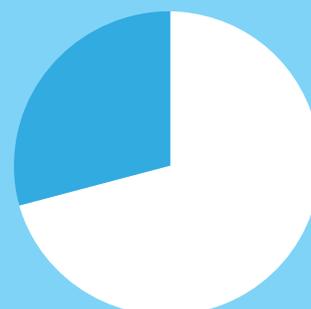


Já presenciou uma descarga ilegal num rio/ribeira do concelho de Guimarães?
(n=1151)



16,33%
sim
83,67%
não

Se presenciou, avisou alguma entidade?
(n=329)



29,18%
sim
70,72%
não

Procurou-se igualmente determinar em que freguesias se localizam os inquiridos que mencionam já terem presenciado uma descarga ilegal. Tomando em consideração apenas as freguesias com pelo menos 10 respondentes, as freguesias de Moreira de Cónegos, Ponte e Serzedelo aparecem com as percentagens mais elevadas, com 43%, 33% e 33% dos respondentes a já terem observado uma descarga ilegal.

Questionados sobre o motivo que os levou a não denunciar o caso às autoridades, os respondentes indicaram que não acreditavam numa intervenção para corrigir a situação (41,55%) ou que não sabiam a quem ligar (24,65%).

Porque não avisou? (n=142)

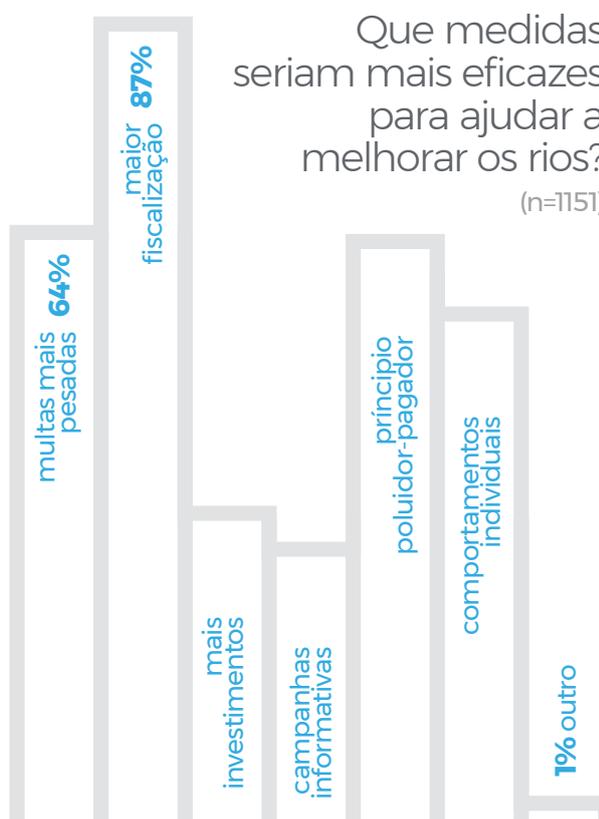
Acredito que não iria haver intervenção	41,55%
Não sei a quem ligar	24,65%
Não achei importante avisar	2,82%
Outra	30,99%

A ideia de passividade das autoridades está também presente nas respostas à questão sobre o grau de confiança dos cidadãos relativamente às medidas que têm sido aplicadas para combater as descargas ilegais. Dos 1151 inquiridos, 641 (55,69%) revela-se pouco confiante nessas medidas e 123 demonstram total ausência de confiança nessas ações. Pela positiva, 32,58% afirma-se muito confiante na eficácia das medidas que têm sido aplicadas pelas autoridades neste domínio.

Indique o seu grau de confiança na eficácia das medidas que têm sido aplicadas (n=1151)



Instados a identificar as medidas mais eficazes para melhorar a qualidade dos rios, a quase totalidade dos inquiridos sublinha a necessidade de uma maior fiscalização (86,79%). Num nível imediatamente inferior de importância, os inquiridos realçam a necessidade de aplicar coimas mais pesadas (63,51%), aplicar o princípio do poluidor-pagador (62,90%) e modificar os comportamentos individuais (55,26%). As campanhas de informação e o aumento dos investimentos são menos mencionadas, com aproximadamente um terço dos inquiridos a defender a aposta



INFORMAÇÃO AMBIENTAL

No âmbito do inquérito às percepções e aos hábitos ambientais dos habitantes de Guimarães, considerou-se importante recolher dados sobre a frequência e o modo como estes acedem à informação ambiental fornecida pelo município. Mais de metade dos vimaranenses que responderam ao inquérito, reportam nunca terem acedido a informação ambiental fornecida pelo município. Dos restantes, 341 respondentes (29,63%) afirmam obter essa informação aproximadamente uma vez por mês. Apenas uma pequena fatia dos vimaranenses acede a informação ambiental facultada pelo município duas ou três vezes por semana (74 inquiridos, ou 6,43%).

Quando questionados sobre o motivo pelo qual não acedem a essa informação, os respondentes mencionam a sua falta de interesse (31,58%), a dificuldade em obter essa informação (26,32%), o seu desconhecimento (14,05%) e a ausência de informação (14,04%). Sublinhe-se que, para o efeito das conclusões deste inquérito, não é relevante se estas respostas estão factualmente corretas, mas sim que são as percepções reveladas pelos cidadãos do município.

Acede à informação ambiental fornecida pelo Município (n=1151)

6,43% sim, duas a três vezes por semana

11,38% sim, uma vez por semana

29,63% sim, uma vez por mês

Por que razão não acede à informação ambiental?

(n=605)

31,58% por falta de interesse

26,32% porque é difícil aceder à informação

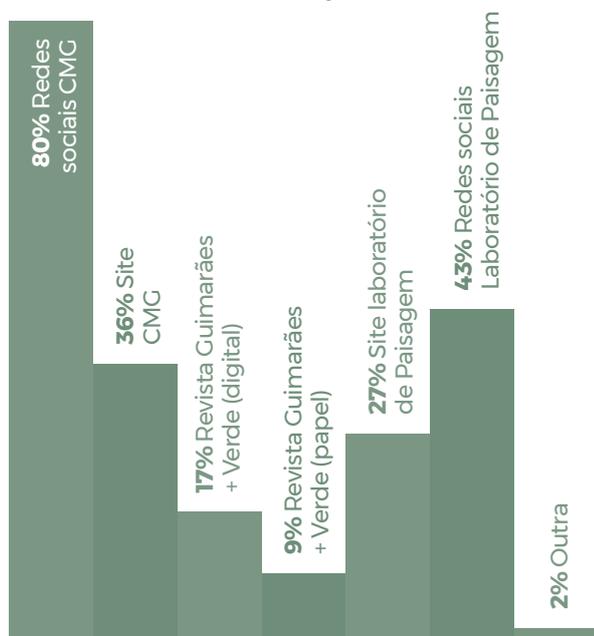
14,04% porque a informação não está disponível

52,56% nunca

28,07% outra

De seguida, foram questionados os inquiridos sobre quais as plataformas que usa habitualmente para aceder a informação ambiental sobre o município. A esmagadora maioria dos respondentes que afirma aceder a informação ambiental (80%) utiliza as redes sociais da Câmara Municipal de Guimarães para obter essa informação. As redes sociais do Laboratório da Paisagem (43%), o sítio oficial da Câmara Municipal (36%) e o sítio do Laboratório da Paisagem (27%) são outras fontes de informação igualmente relevantes.

Que plataformas utiliza para aceder à informação? (n=546)



Para além de saber quais as plataformas utilizadas pelos cidadãos para obter informação ambiental, considerou-se que seria importante saber quais os meios de transmissão da informação que seriam da preferência dos habitantes do concelho. De todas as alternativas destacam-se quatro nas preferências dos nossos inquiridos. Em primeiro lugar, os artigos em jornais e revistas recebem a preferência de 86,92% dos inquiridos (57,7% gostam e 29,22% gostam muito). Em segundo lugar, os respondentes valorizam igualmente os panfletos e cartazes, dos quais 51,69% gostam e 31,93% gostam muito. Confirmando os dados recolhidos na resposta anterior, mais de 80% gostam ou gostam muito de receber informação ambiental por via das redes sociais. Por último, uma proporção acima dos 80% gosta ou gosta muito de workshops, cursos ou formações no domínio ambiental.

Talvez pela sua natureza mais institucional e menos interativa, apenas 79 inquiridos (9,22%) gostam muito de sítios web para obter informação ambiental. As atividades de voluntariado neste âmbito são ainda menos apelativas, já que apenas 28 inquiridos afirmam gostar ou gostar muito deste meio de obtenção de informação neste domínio.

Meio preferencial para obter informação

Meio	n	gosto muito	gosto	gosto pouco	não gosto
Panfletos/cartazes	n=1068	32%	52%	9%	7%
Redes sociais	n=929	24%	57%	14%	5%
Websites	n=857	9%	41%	29%	21%
Vídeos/DVDs	n=900	19%	54%	18%	9%
Feiras e festivais	n=904	18%	59%	16%	7%
Exposições	n=920	18%	60%	17%	6%
Jornais, artigos, revistas	n=948	29%	58%	9%	4%
Programas de televisão e documentários	n=892	22%	51%	21%	6%
Workshops/cursos/ formações	n=910	26%	55%	15%	5%
Atividades voluntárias	n=53	15%	38%	11%	36%

Por último, e ainda no domínio da informação ambiental dos cidadãos, questionamos os inquiridos sobre o seu grau de conhecimento sobre a Diretiva-Quadro da Água. Dos 1151 inquiridos, 120 afirmaram conhecer esta Diretiva (10,43%), ao passo que 132 afirmaram já ter ouvido falar, mas desconhecem o seu conteúdo (11,47%). Para 899 inquiridos, ou seja,

78,11%, a Diretiva-Quadro da Água é totalmente desconhecida. Dadas as características da nossa amostra, com um enviesamento de inquiridos para graus de escolaridade mais elevados, é possível que este desconhecimento seja ainda superior no universo dos habitantes da cidade de Guimarães.

Diretiva-Quadro da Água

(n=1151)



Dos que já ouviram falar da Diretiva-Quadro da Água, 46,05% inquiridos obtiveram essa informação via redes sociais, 32,90% através de artigos em revistas ou jornais, 22,81% pela televisão e 21,49% na universidade ou escola. A Tabela abaixo sintetiza todos os meios de transmissão de conhecimento através dos quais alguns dos inquiridos obtiveram informação sobre a Diretiva-Quadro da Água.

Na tentativa de perceber qual o perfil dos que conhecem a Diretiva-Quadro da Água, estimamos as correlações parciais entre o conhecimento da Diretiva e três características demográficas dos inquiridos (idade, escolaridade e rendimento). Destas três, a única variável que apresenta uma correlação positiva e estatisticamente significativa com o conhecimento da Diretiva é a idade (0,07; valor de significância de 0,02). Por outras palavras, verificamos uma associação positiva entre a idade do inquirido e o conhecimento da Diretiva.

Meios de conhecimento

(n=228)

Redes sociais	46,05%
Revistas/artigos/jornais	32,90%
Televisão	22,81%
Universidade/escola	21,49%
Rádio	14,91%
Palestras	10,09%
Panfletos/cartazes	6,14%
Outro	7,46%
Total	*

* Múltiplas respostas possíveis (a soma das percentagens excede 100%);

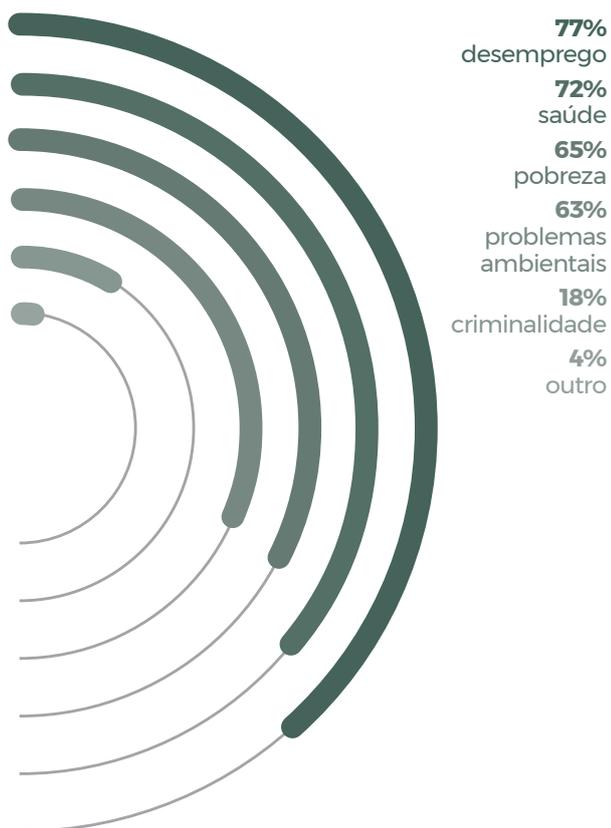
PRIORIDADES DE AÇÃO

Numa última secção do inquérito procurou-se obter as perceções dos habitantes do município de Guimarães sobre as prioridades de ação no domínio ambiental. No sentido de perceber qual o nível de importância que os vimezanenses atribuem aos problemas ambientais, foram questionados sobre quais as três principais áreas de atuação que devem constituir a prioridade dos decisores municipais. Do conjunto de respostas, há quatro áreas que se destacam

claramente das restantes: desemprego (77,32% das respostas), saúde (71,59%), pobreza (64,64%) e problemas ambientais (63,25%).

Principais áreas de atuação para Guimarães

(n=1151)



Estabelecida a importância das questões ambientais no âmbito das prioridades dos habitantes do concelho, questionámos os inquiridos sobre o grau de importância atribuído a um conjunto de problemas ambientais. Todos os problemas identificados nesta questão foram considerados, sem qualquer exceção, como importantes ou muito importantes. Apesar disso, alguns destacam-se claramente na perspetiva dos habitantes do concelho como sendo muito importantes. A qualidade do ar, com 72,72%, e a água, com 71,26%, são claramente os temas ambientais que mais preocupam os inquiridos, seguidos de próximo dos incêndios (67,62%) e da biodiversidade (62,89%). Todos estes temas são classificados como muito importantes pela esmagadora maioria dos respondentes. De todos os problemas ambientais listados, o solo e as mudanças climáticas são os considerados menos prioritários, recebendo, ainda assim, uma percentagem muito próxima dos 50% de respostas na categoria “muito importante”.

Áreas ambientais importantes para Guimarães

Área	Importância	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Mudanças no clima n=1060	46,60%	46,42%	5,75%	1,23%	
Solo n=1060	45,19%	49,29%	4,86%	0,67%	
Água n=1075	71,26%	26,79%	1,67%	0,28%	
Qualidade do ar n=1074	72,72%	24,95%	1,96%	0,37%	
Ruído n=1060	48,21%	43,87%	6,98%	0,94%	
Biodiversidade n=1051	62,89%	33,87%	2,95%	0,29%	
Corte de árvores n=1058	49,53%	42,44%	5,48%	2,55%	
Incêndios n=1053	67,62%	27,83%	2,47%	2,09%	
Agricultura n=1042	48,66%	45,59%	4,99%	0,77%	

De seguida, questionámos os inquiridos sobre quais os eventos climáticos que consideram mais preocupantes no contexto do município. As respostas destacaram a precipitação excessiva (64,64%), as temperaturas elevadas (46,74%) e as ondas de calor (43,92%) como os assuntos ambientais mais problemáticos a nível global.

Evento Climático (n=1151)

Precipitação excessiva	64,64%
Temperaturas elevadas	46,74%
Ondas de Calor	43,92%
Vento Forte	28,32%
Outro	1,83%
Total	1,15%

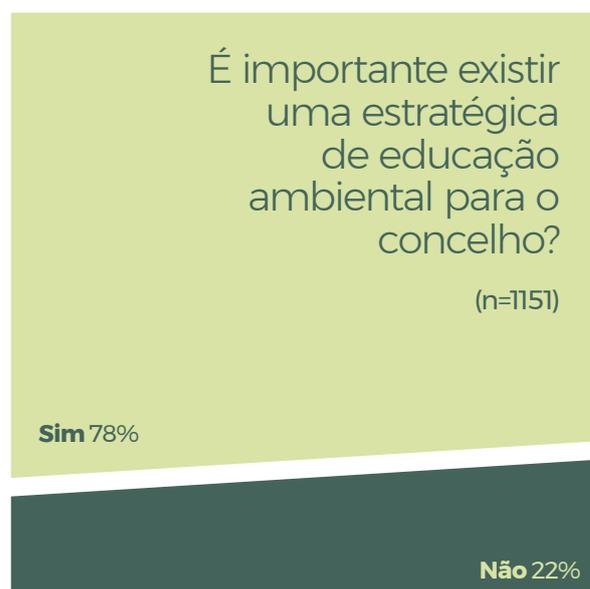
No que diz respeito aos impactos ambientais que mais preocupam os inquiridos ao nível do concelho, destacam-se, por larga margem, os incêndios florestais, com 72,55% das respostas, seguidos a alguma distância pelas cheias e inundações (57,86%), danos materiais (35,71%) e deslizamentos de terras (11,3%).

Principais impactos climáticos no concelho de Guimarães

(n=1151)



Ainda no domínio das prioridades de ação a nível ambiental, foram indagados os inquiridos sobre as iniciativas do município neste domínio. Questionados sobre se já ouviram falar do programa “Pegadas”, 627 inquiridos (54,47%) afirmaram que sim. Do mesmo modo, 609 inquiridos (52,91%) reconhecem a existência de um programa ambiental no concelho. Por último, a quase totalidade dos inquiridos da amostra (98,44%) considera importante existir uma estratégia de educação ambiental para o concelho.



Na tentativa de compreender melhor o perfil dos inquiridos com conhecimentos sobre as iniciativas municipais no domínio ambiental, foram calculadas as correlações parciais entre o grau de escolaridade e o conhecimento do programa “Pegadas”, do programa de educação ambiental do município e da necessidade de definição de uma estratégia ambiental para o concelho. Os resultados sugerem uma associação positiva entre o grau de escolaridade e o conhecimento das iniciativas locais no âmbito ambiental. Por outras palavras, inquiridos com maior grau de escolaridade apresentam um maior conhecimento das três iniciativas: programa Pegadas (correlação = 0,10;

valor de significância = 0,0009), programa de educação ambiental (correlação = 0,0674; valor de significância = 0,0303) e estratégia ambiental para o município (correlação = 0,0681; valor de significância = 0,0286). Por último, verificamos ainda uma associação positiva entre a idade dos inquiridos e o conhecimento do programa de educação ambiental do município (com o aumento da idade, aumenta com o conhecimento sobre o programa, correlação = 0,094; valor de significância = 0,0025).

No sentido de perceber quais as freguesias que apresentam um maior conhecimento do Programa Pegadas, foi calculada a proporção de respostas afirmativas por freguesia. Das freguesias com um número de inquiridos igual ou superior a 10, a UF Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil, a UF Leitões, Oleiros e Figueiredo e a freguesia de São Martinho de Sande apresentam os valores mais elevados, com 92%, 77% e 73% respetivamente, dos inquiridos a reconhecerem a existência do Programa. Em contraste, as freguesias de São Cristóvão de Selho, São Martinho de Selho e a UF Briteiros Santo Estêvão e Donim apresentam os valores mais baixos, com 38%, 34% e 27%, respetivamente. De sublinhar que existem freguesias com valores mais elevados e mais baixos, mas a baixa taxa de resposta para estas freguesias não permite tirar conclusões mais robustas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A ambição de Guimarães é que todos os seus cidadãos sejam sensíveis às questões da Sustentabilidade Ambiental. Esta sensibilidade permitirá transformar o território num local mais sustentável e com uma qualidade de vida inigualável. Para isto concorre igualmente a transformação infraestrutural desse mesmo território. Neste sentido, o Município de Guimarães tem levado a cabo, ao longo dos últimos anos, inúmeros projetos, em diferentes áreas temáticas. A evolução equilibrada entre a componente infraestrutural e não-infraestrutural contribuirá decisivamente para a descarbonização do território.

O inquérito às perceções e aos hábitos ambientais dos habitantes de Guimarães revelou ser um importante instrumento de auscultação da sensibilidade dos cidadãos aos temas relacionados com o desenvolvimento sustentável. Para além disso, prevê-se que os resultados possam constituir um importante instrumento de apoio à reflexão política na tomada de decisão, sendo possível aferir, através do mesmo, em que medida as diferentes intervenções, ações e projetos foram apropriadas pelos cidadãos.

O presente estudo procurou abranger um conjunto de áreas temáticas, trabalhadas no âmbito do Ecossistema de Governança – Guimarães 2030.

Na área dos resíduos, os resultados obtidos permitem concluir que a desinformação relativa ao processo de recolha e separação de resíduos no destino continua a comprometer o alcance de um número mais significativo de cidadãos, pelo que deverá ser reforçada a comunicação e sensibilização nesta área. Contudo, constata-se

que os resultados comprovam a satisfação dos respondentes quanto ao sistema de recolha de resíduos domésticos, nomeadamente, pela localização próxima dos contentores.

A comunicação para a correta deposição de outros resíduos, como cotonetes, toalhetes, tampões/pensos higiénicos, preservativos, têxteis e óleos alimentares tem merecido especial atenção nas estratégias de sensibilização do Município de Guimarães e das instituições parceiras, nomeadamente para prevenir obstruções na rede de saneamento.

A maioria dos respondentes admite beber, habitualmente, água da torneira. Este dado reflete não só os esforços na disponibilização de água de qualidade para consumo humano, como também nas diversas campanhas de sensibilização. Ainda assim, deverá ser reforçado o trabalho nesta área, procurando-se suprimir as razões que continuam a estar na base da decisão de compra de água engarrafada, nomeadamente o sabor da água da rede pública ou ainda alguma falta de confiança na sua qualidade. Esta situação em particular evidencia a necessidade de acrescer a sensibilização dos cidadãos, uma vez que os resultados da Entidade Gestora demonstram que as análises apresentadas evidenciam que a água distribuída, nos concelhos de Guimarães e Vizela, está em conformidade com as normas de qualidade estabelecidas no Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 dezembro.

Sendo o tema da água, em termos de alterações climáticas, uma das principais preocupações deste século, é interessante verificar que algumas destas medidas passam por fechar a torneira enquanto escovam os dentes, carregar

integralmente a máquina de lavar roupa e tomar duchas rápidas. Os resultados da análise multivariada efetuada - Energia, Água e Resíduos - permitiu concluir que os inquiridos adotam mais facilmente boas práticas na poupança de energia quando estas estão diretamente associadas a uma poupança dos seus recursos monetários.

A mobilidade continua a ser um dos principais desafios para as cidades. A análise dos resultados permite comprovar que o automóvel, movido a gasóleo, continua a ser o meio de transporte mais utilizado pela esmagadora maioria dos respondentes. Ainda assim, uma percentagem significativa admite deslocar-se a pé, pelo que deverão ser reforçadas estratégias que promovam a pedonalização, nomeadamente nos centros urbanos. A reduzida taxa de utilização do autocarro e da bicicleta evidenciam o grande caminho que Guimarães terá, ainda, de fazer na questão da mobilidade sustentável, nomeadamente na redução da utilização do transporte individual em detrimento do transporte coletivo ou ciclável. Esta transformação terá sempre duas componentes: a infraestrutural, que já está a ser implementada (Transporte público urbano, Transporte flexível, Ecovias) e a não infraestrutural, que diz respeito à sensibilização dos cidadãos para comportamentos mais sustentáveis. A atestar este facto está a percentagem significativa de utilizadores que admite a utilização da ciclovía de Guimarães, mas apenas para fins de lazer e desporto, ao invés da sua utilização para deslocações pendulares casa-trabalho-casa, confirmando-

⁷ <https://www.vimagua.pt/relatoriosqualidade/202103T3S12ZM.pdf>

-se que a maioria prefere a sua utilização para lazer e desporto, em contraposição com as atividades de diversão infantil, ou mesmo o seu uso como parque de merendas.

Relativamente às áreas verdes, as boas condições de utilização, grau de limpeza, ruído e qualidade do ar, são confirmadas pela maioria dos respondentes, o que atesta o esforço que tem sido realizado na manutenção dos espaços verdes, em Guimarães.

A adoção da Diretiva Quadro da Água (DQA) pela União Europeia, em 2000, foi um passo determinante para a melhoria e proteção dos recursos hídricos. Assim, a DQA assumiu como objetivo a manutenção ou alcance do Bom Estado de todas as massas de água até 2015. Apesar da relevância da implementação da DQA, o presente estudo demonstra que a grande maioria dos inquiridos desconhece a sua existência e conteúdo. A importância do conhecimento da legislação e dos instrumentos que contribuem para a proteção e melhoria das linhas de água são fatores basilares para a construção de uma sociedade mais crítica e consciente, pelo que é determinante que se reforce a informação à população nesta área.

Através dos resultados obtidos foi possível verificar que mais de metade dos inquiridos reportam nunca terem acedido a informação ambiental fornecida pelo município. A falta de interesse, dificuldade em obter essa informação, desconhecimento ou ausência de informação foram as principais razões indicadas. Estes dados deverão merecer reflexão, uma vez que a informação ambiental é disponibilizada em várias plataformas, não sendo isso reconhecido pelos inquiridos. Deste modo, destaque-se que, aqueles que têm por hábito aceder à

informação ambiental, admitem optar pelo seu acesso via redes sociais da Câmara Municipal de Guimarães e do Laboratório da Paisagem, assim como pelos sítios oficiais dessas mesmas entidades. Apesar das redes sociais serem uma das formas preferenciais para a transmissão de informação, importa destacar outras preferências dos inquiridos: artigos em jornais e revistas, panfletos e cartazes, workshops, cursos ou formações no domínio ambiental.

Ainda neste âmbito, refira-se que as atividades de voluntariado são pouco apelativas para os respondentes. Neste sentido, a tendência de resposta obtida permite antever que a adesão ao voluntariado deverá ser sempre estimulada, uma vez que parte da mobilização dos cidadãos para as questões ambientais dependem da ação pró-ativa dos mesmos (ndr. Brigadas verdes)

Relativamente às principais prioridades para o Município em termos das áreas de atuação há quatro áreas que se destacam claramente das restantes. De acordo com os inquiridos estas áreas deverão ser a prioridade dos decisores municipais. Apesar de figurarem entre as principais áreas de investimento, os problemas ambientais não aparecem no topo, o que poderá indiciar também que os cidadãos reconhecem o investimento e a melhoria nesta área nos últimos anos, priorizando outras áreas de atuação, que completam a tríade da sustentabilidade. Relembre-se, ainda, que este inquérito foi realizado durante o período de pandemia, o que poderá ter influência na hierarquia de prioridades expressa, nomeadamente na opção saúde.

Concretizando nas questões ambientais, de todos os problemas ambientais listados, o solo

e as mudanças climáticas são os considerados menos prioritários. A precipitação excessiva, as temperaturas elevadas e as ondas de calor foram referenciadas como os eventos ambientais mais problemáticos. Localmente, os inquiridos consideram que os incêndios florestais, as cheias e inundações, e os danos materiais e deslizamentos de terras são as principais vulnerabilidades do território.

Desde 2015, o Município de Guimarães tem reforçado a aposta na educação para a sustentabilidade, apoiado pelo programa de educação ambiental PEGADAS. Sendo um programa em constante metamorfose, o PEGADAS foi-se aprimorando, quer nos temas e atividades disponibilizados, quer na sua própria estrutura, sempre alicerçado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, consagrados na Agenda 2030 e na Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA). Do mesmo modo, os resultados deste estudo demonstram que o programa de educação ambiental PEGADAS continua o seu processo de consolidação em Guimarães, ao ser reconhecido pela maioria dos inquiridos, sendo que a correlação positiva encontrada entre o conhecimento do programa e a idade, indicia a importância que o PEGADAS tem tido no desenvolvimento das novas gerações, assim como a capacidade de impactar, de forma transversal, as diferentes faixas etárias.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

O presente estudo comprova o sucesso do caminho da sensibilização e consciencialização ambiental, mas igualmente os esforços que têm vindo a ser realizados nos diversos indicadores de sustentabilidade. Ainda assim, os resultados obtidos devem permitir o desenho de novas estratégias que resultem no reforço da sensibilização ambiental em diversos domínios, nomeadamente a separação de resíduos, a qualidade da água para consumo humano, a importância da mobilidade sustentável e a adoção de medidas de incentivo à utilização do transporte coletivo e desincentivo do transporte individual.

Deverá ser ainda fortalecida a estratégia de comunicação perante os cidadãos, como forma de aumentar os índices de acesso à informação, mas também o seu conhecimento sobre os principais desafios locais, nacionais e globais.

Os resultados deste inquérito permitem atestar o esforço de Guimarães no desenvolvimento sustentável do território e na sensibilização ambiental, mas devem reforçar a importância de continuar a ser priorizado este investimento, através da educação ambiental, mas também da aposta na transformação do território, nomeadamente na reabilitação das linhas de água do concelho, que continuam a ser uma das principais preocupações dos vimeanenses.

